

# Óleo e Gás Participações S.A.

**Informações trimestrais -  
ITR em 30 de junho de 2017  
com Relatório dos auditores  
independentes sobre a  
revisão das informações  
trimestrais - ITR**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais</b>	<b>11</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>15</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>18</b>
<b>Notas explicativas às informações trimestrais</b>	<b>19</b>
<b>Informações Trimestrais - “Formulário CVM”</b>	<b>44</b>

# Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar” ou “Companhia”) - em Recuperação Judicial, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, bem como eventos subsequentes relevantes ao mercado.

## 1. Mensagem da Administração

Ao longo dos últimos meses, a Companhia concluiu etapas importantes do seu processo de reestruturação e em sua história, principalmente, com a decretação, pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, do encerramento de seu processo de Recuperação Judicial juntamente com a OGX Petróleo e Gás S.A., OGX Austria GmbH e OGX International GmbH, em 02 de agosto de 2017. Com o encerramento do referido processo, a Companhia está preparada para iniciar uma nova fase, focando no desenvolvimento de suas atividades.

Os preços do petróleo tipo Brent, principal benchmark, nas bolsas de futuros de Londres e Nova Iorque, sofreram uma desvalorização no segundo trimestre de 2017, caindo ao mínimo de 45,00 US\$/barril em meados de junho mas recuperando para 50,00 US\$/bbl ao fim do trimestre. A queda de preços foi causada, principalmente, pela constatação de um aumento na produção de óleo nos EUA com o aumento do número de sondas em operação na região do "Shale Oil", Meio Oeste Americano, frustrando um aumento de preços do primeiro trimestre que foi fruto dos cortes de produção da OPEP. No entanto, como a economia, principalmente a americana, tem mostrado sinais de força e a produção da OPEP mantém-se controlada, espera-se que o preço no segundo semestre fique acima dos US\$ 50,00 / bbl e a esperada queda dos estoques mundiais venha a fortalecer ainda mais esse preço, podendo chegar próximo aos US\$ 60,00 / bbl ao final do ano. Por outro lado, a deficiência de óleos pesados no mercado, provocou um estreitamento nos descontos desses óleos em relação ao tipo Brent de US\$ 4,00 a US\$ 5,00 / bbl, valorizando óleos do tipo do Tubarão Martelo (21 graus API) que são considerados óleos pesados no mercado.

Nesse contexto, o Campo de Tubarão Martelo, operado pela OGX, encerrou o segundo trimestre de 2017 com quatro poços produtores totalizando 706 mil barris produzidos no período, o que equivale a uma produção média diária de 7,8 mil barris por dia. Nos primeiros seis meses do ano, a produção total somou aproximadamente 1,42 milhões de barris de petróleo, com receita bruta de R\$ 113,9 no trimestre.

No campo de Tubarão Azul será iniciado o processo de desativação e abandono em conformidade com as normas da ANP e órgãos reguladores de meio ambiente. Esse foi um procedimento no qual envolveu longas discussões com a Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP), por se tratar do primeiro caso de desativação completa de um sistema como tal e será totalmente gerenciado pela equipe técnica da OGX.

Conforme divulgado pela QGEP, operadora do campo de Atlanta, a expectativa de chegada da FPSO Petrojal I (FPSO) está confirmada para o final de 2017, com previsão do primeiro óleo

para o primeiro trimestre de 2018. Os sucessivos atrasos na chegada da FPSO por responsabilidade da operadora privaram a OGX de um fluxo de receita superior a USD 120 milhões desde o segundo trimestre de 2016. Tais atrasos provocaram desequilíbrio financeiro à OGX, impactando diretamente na capacidade da OGX cumprir certas obrigações financeiras junto ao consórcio.

Ainda em Julho, a OGPar concluiu mais um passo determinante para a sua reestruturação, ao assinar o acordo definitivo (“Acordo”) junto aos credores da OGX, incluindo (i) OSX-3 Leasing B.V, (ii) credores do Empréstimo Adicional e (iii) certos detentores das debêntures do financiamento DIP (em conjunto “Credores”). Também é parte do Acordo a Settlement Shareco LP, uma sociedade recém constituída (“NewCo”), à qual será transferida parte dos créditos detidos pelos Credores e parte das ações de emissão da OGX decorrentes da capitalização dos créditos, de modo que determinados Credores mantenham parte de seu investimento por meio da Newco.

O Acordo será implementado mediante (i) a capitalização, na OGX, dos créditos detidos pela OSX-3 e pelos Credores IF; (ii) conversão das Debêntures em ações de emissão da OGX, nos termos da escritura de emissão; e (iii) a entrega em dação em pagamento de 2/3 das ações que a OGX detém no capital social da Eneva S.A. (aproximadamente 4% do total de ações em circulação da Eneva S.A.) para os Credores, sendo 1/3 para os detentores das Debêntures e para os Credores IF em conjunto e 1/3 para a OSX-3 (o valor das ações Eneva entregues em dação em pagamento será abatido do valor dos créditos capitalizados, assim como será deduzido qualquer valor eventualmente pago, até a data da capitalização, a título de frete para a OSX-3, em função do afretamento da embarcação FPSO OSX-3). O 1/3 das ações da Eneva remanescente ficará disponível a Companhia. O capital social da OGX, após a implementação do Acordo, será distribuído aproximadamente conforme abaixo:

Acionista(s)	Participação
OGPAR	1,29%**
OSX-3	35,50%*
Credores IF	15,58%*
Credores DIP	46,92%*
Acionistas atuais (exceto OGPAR)	3,71%**

\*Participação final aproximada, detida direta e indiretamente através da Newco, considerando a hipótese de não haver exercício de direito de preferência pelos acionistas atuais, após reequilíbrio das participações nos termos do Acordo. Newco deterá diretamente 47,5% das ações da OGX.

\*\*Participação final aproximada, considerando a hipótese de não haver exercício de direito de preferência pelos atuais acionistas, inclusive OGPAR.

Assim, conforme apontado no quadro acima, a OGPar e demais acionistas da OGX que permanecerem ou ingressarem na base acionária até a conclusão da capitalização dos créditos detidos pela OSX-3 e Credores IF e conversão das Debêntures corresponderão aos 5% (cinco por cento) restantes.

## **2. Ativos em Desenvolvimento**

### **2.1 Campos de Atlanta e Oliva (“BS-4”)**

O Campo de Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, localizado na Bacia de Santos, vinculado ao Bloco BS-4 no qual a OGX possui 40% de participação. O campo é operado pela Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) com 30% de participação e tem como sócia a Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. com 30%.

De acordo com as informações anunciadas pela operadora do ativo a chegada do FPSO Petrojarl I, está confirmada para o final de 2017. Dessa forma, a previsão do primeiro óleo do Sistema de Produção Antecipada de Atlanta (“SPA”) é esperada para o primeiro trimestre de 2018.

A capacidade inicial de produção será de 20 kbbl/dia a partir de dois poços, ambos já perfurados e completados. O Consórcio poderá optar por perfurar um poço adicional, o que aumentará a capacidade para 30 kbbl/dia, sem acréscimo relevante nos custos operacionais. Essa decisão se baseará em diversos fatores, inclusive os preços vigentes de petróleo.

Segundo informações divulgadas pelo operador do Bloco BS-4, em decorrência dos acordos firmados, os custos operacionais gerais no Campo de Atlanta, durante a fase do SPA, deve ser reduzida para US\$410 mil por dia.

Conforme divulgado pela QGEP, operadora do campo de BS-4, a chegada da FPSO Petrojarl I (FPSO) está confirmada para o final de 2017, com previsão do primeiro óleo para o primeiro trimestre de 2018. Os sucessivos atrasos na chegada da FPSO privaram a OGX de um fluxo de receita e trouxeram um desequilíbrio financeiro à OGX, impactando diretamente na capacidade da OGX em cumprir com suas obrigações financeiras junto ao consórcio, que em 30/06/2017, totalizavam aproximadamente R\$ 59 milhões.

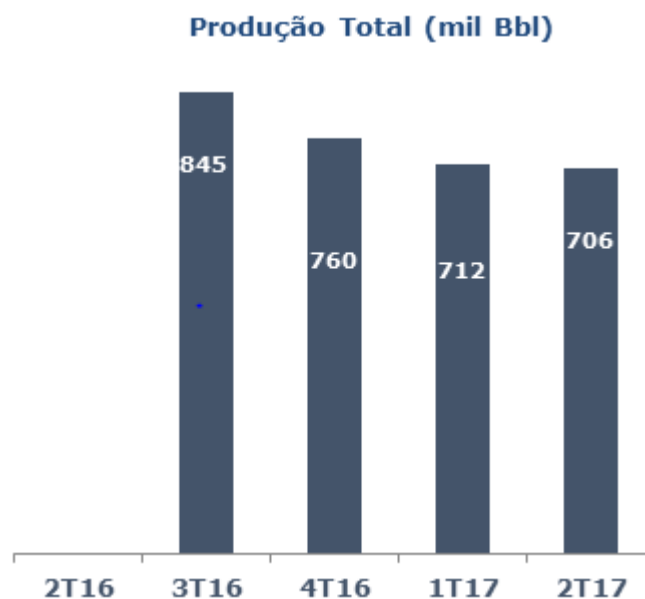
Segundo a QGEP, estima-se que serão necessários R\$180 milhões adicionais a serem aportados pela OGX para o primeiro óleo relativo ao Sistema de Produção Antecipada. Este valor não reflete, ainda, os investimentos para perfuração de um terceiro poço na área, bem como os investimentos necessários para a fase definitiva de produção.

## **3. Ativo Produtor**

### **3.1 Campo de Tubarão Martelo**

#### **A – Produção**

No segundo trimestre de 2017 foram produzidos 706,3 mil barris de petróleo, no mesmo período do ano anterior não houve produção devido à interrupção temporária do campo. O gráfico abaixo demonstra a evolução da produção da OGX em barris de petróleo nos últimos cinco trimestres. O incremento atípico da produção no 3º trimestre de 2016 se deve ao aumento de pressão nas reservas causado pelo acúmulo de hidrocarbonetos e água durante o período em que a produção permaneceu interrompida.



A produção no campo de Tubarão Martelo foi iniciada em 05 de dezembro de 2013, já tendo sido completados 3 anos de vida operacional dos ativos físicos aplicados na produção e estando todos os 4 poços em operação.

A OGX considera a possibilidade de implementar um projeto, ainda sob análise e estudos, para estender a vida útil do Campo de Tubarão Martelo.

Em linha com a informação acima, e conforme divulgado em 31 de julho de 2017, foi detectada uma queda de pressão na árvore de natal molhada do poço 7-TBMT-8HP, que opera no Campo de Tubarão Martelo, e, com o objetivo de evitar possíveis danos, a bomba centrífuga submersa foi desligada e o poço fechado. A equipe técnica da OGX vem implementando ações apropriadas na solução do problema e, embora estejam sendo obtidas indicações positivas quanto aos resultados dessas ações, o progresso está sendo lento. O poço produtor 7-TBMT-8HP começou sua operação em dezembro de 2013 e, até a data de sua interrupção, produzia cerca de dois mil barris diários.

## **B – Resultados Financeiros da Operação**

A seguir apresentamos os dados financeiros da operação do Campo de Tubarão Martelo:

### **Em R\$ mil, exceto quando indicado diferente**

<b>TUBARÃO MARTELO</b>		
<b>Descrição</b>	<b>6M2017</b>	<b>6M2016</b>
Dias de operação	199	68
Produção vendida	1.542.069	651.541
Preço unitário - R\$/bbls	146	82
<b>Receita líquida</b>	<b>225.228</b>	<b>53.631</b>
Royalties	(22.611)	(5.898)
Leasing	(163.573)	(78.146)
Serviços (O&M)	(33.855)	(13.226)
Logística	(49.572)	(18.791)
Outros	(8.089)	(3.686)
<b>Custo do produto vendido</b>	<b>(277.700)</b>	<b>(119.747)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>(52.472)</b>	<b>(66.116)</b>
% EBITDA / Receita Bruta	-23,30%	-123,28%
EBITDA / bbls - Em R\$	(34,03)	(101,48)

Como parte do Acordo assinado em 24 de julho de 2017 junto aos credores envolvidos, entre eles a OSX-3 Leasing B.V., dona da plataforma FPSO OSX-3 que opera no Campo de Tubarão Martelo, todos os passivos não pagos referentes ao afretamento da plataforma serão quitados mediante a conversão dos créditos em ações da OGX.

A OGX manterá o direito de utilizar a plataforma FPSO OSX-3 como resultado do Acordo, porém quando solicitada, a Companhia deverá tomar todas as medidas necessárias para concluir o processo de devolução em até 240 dias contados da solicitação, sendo válido o mesmo prazo no caso da OGX decidir rescindir o contrato de afretamento.

Adicionalmente, foi definido no Acordo que os custos de abandono do Campo de Tubarão Martelo e devolução da FPSO OSX-3 será provisionado em uma conta vinculada por meio de depósitos de: (i) 10% de toda receita mensal proveniente do Campo Tubarão Martelo, após o pagamento dos royalties; (ii) 1/3 da receita mensal que exceder US\$ 8 milhões, após o pagamento dos royalties e do depósito dos 10% da receita proveniente do campo de Tubarão Martelo; (iii) 10% da receita bruta proporcional atribuível para a OGX da venda de petróleo produzido pelo Bloco BS-4, após o pagamento de royalties.

## **4. Ativo Exploratório**

### **Margem Equatorial**

No exercício anterior, a Companhia foi notificada pela Exxon, operadora do Consórcio do Bloco Exploratório POT-762, requerendo o pagamento de R\$ 53,7 milhões, correspondentes ao percentual de não cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (“PEM”), acordado no Contrato de Concessão do Bloco durante o primeiro semestre de 2013. A OGX solicitou a habilitação retardatária do crédito perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, considerando que o valor cobrado pela Exxon decorre de uma obrigação assumida antes da impetração da Recuperação Judicial da OGX.

## **5. Outros Ativos**

### **Participação Societária**

Em 2016 a Companhia concluiu a operação societária junto à Parnaíba Gás Natural S.A. e Eneva S.A. (“Eneva”) que resultou em 14.875.412 ações de emissão da Eneva pela OGX. Conforme acordo assinado em 24 de julho de 2017, 33,33% das ações de emissão da Eneva detidas pela OGX serão depositadas em uma conta vinculada para garantir as obrigações das Companhias referentes ao futuro abandono do campo de Tubarão Martelo e devolução do FPSO OSX-3. Adicionalmente, 8,31% da participação da OGX na Eneva será transferida aos credores do Incremental Facility e 25,02% será transferida aos debenturistas do Financiamento DIP. Os 33,33% restantes ficarão a disposição da OGX.

### **Campo de Tubarão Azul**

O Campo de Tubarão Azul foi o primeiro campo produtor offshore da OGX, que entrou em operação em fevereiro de 2012, através de três poços produzindo para o FPSO OSX-1.

A parada da produção, em agosto de 2015, após mais de seis meses de negociações entre a OGX, a ANP e os donos do OSX-1, se deu com a formalização de um entendimento no qual o navio seria liberado após a formação de um Fundo Garantidor a ser criado em uma conta vinculada, com um valor de cerca de USD 32 milhões, suficiente para o arrasamento dos poços, financiado pelos proprietários da OSX-1. Os procedimentos de desativação do sistema de produção iniciaram-se em setembro de 2015, mas foi concluído em janeiro de 2016 e, em fevereiro do mesmo ano, o navio já estava singrando em águas internacionais.

Considerando que não se encontrou alternativa viável para retomada das atividades no Campo de Tubarão Azul, transcorrido o período de um ano de suspensão da produção em 2016, a OGX, na condição de operadora, iniciará o processo de desativação e abandono do referido campo em conformidade com as normas da ANP e órgãos reguladores de meio ambiente. Esse foi um procedimento no qual envolveu longas discussões com a Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP), por se tratar do primeiro caso de desativação completa de um sistema como tal.

O processo de abandono dos poços está, atualmente, em andamento. A sonda Atlantic Zephyr foi contratada pela OGX e a mobilização de equipamentos das companhias prestadoras de serviços está em finalização para a primeira intervenção prevista para cerca de duas semanas. Os



recursos provenientes da conta vinculada serão liberados pela ANP a partir das etapas previamente definidas no acordo, a saber: a) movimentação de equipamentos da Schlumberger (já cumprida e parcela liberada); b) posicionamento da sonda sobre o primeiro poço a ser abandonado; c) término dos trabalhos em cada um dos poços, com liberações parciais para cada uma das atividades finalizadas. Prevê-se para novembro a conclusão de todas as atividades.

## 6. Desempenho Financeiro

As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em bases consolidadas, de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB e em Reais, exceto quando indicado o contrário.

### Demonstração de Resultados

<b>Demonstração dos Resultados</b>	<b>6M2017</b>	<b>6M2016</b>	<b>Δ \$</b>
Despesas administrativas e gerais	(1.710)	(2.150)	440
<b>EBITDA</b>	<b>(1.710)</b>	<b>(2.150)</b>	<b>440</b>
Ganho efeito da alienação de participação em coligada	-	18.228	(18.228)
Realização de ajustes acumulados de conversão	-	(14.031)	14.031
Resultado de equivalência patrimonial	(53.343)	15.973	(69.316)
<b>EBIT</b>	<b>(55.053)</b>	<b>18.020</b>	<b>(73.073)</b>
Resultado financeiro líquido	(3.588)	6.793	(10.381)
<b>EBT</b>	<b>(58.641)</b>	<b>24.813</b>	<b>(83.454)</b>
Imposto de renda	-	-	-
<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>	<b>(58.641)</b>	<b>24.813</b>	<b>(83.454)</b>

### Resultado de equivalência patrimonial:

	<b>R\$ mil</b>
- Resultado da OGX P&G em 30 de junho de 2017	(206.013)
- Percentual de participação da OGPar na OGX P&G	25,89%
Equivalência patrimonial sobre o resultado da OGX P&G:	(53.338)
Equivalência patrimonial sobre outras sociedades:	(5)
<b>Total</b>	<b>(53.343)</b>

## **7. Declaração das Diretoria**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), emitido, em 14 de agosto de 2017 e com as informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de junho de 2017.

## **8. Aderência à câmara de arbitragem**

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da Bovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar – Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR**

Aos Administradores e acionistas da  
Óleo e Gás Participações S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Óleo e Gás Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Ênfase - Saída do Plano de Recuperação judicial**

Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 1.3 às informações contábeis intermediárias que descreve que em 30 de outubro de 2013, a Óleo e Gás Participações S.A., ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial em conjunto com suas controladas, o qual foi deferido em 21 de novembro de 2013, cujos planos foram aprovados em 3 de junho de 2014 pela assembleia geral de credores e homologados pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 13 de junho de 2014. Após quase quatro anos, em 2 de agosto de 2017 foi proferida decisão pelo Juízo da mesma Vara Empresarial que decretou o encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia, portanto, as informações contábeis intermediárias devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Anderson C. V. Dutra  
Contador CRC RJ-093231/O-6

# Óleo e Gás Participações S.A.

## (Companhia aberta)

### Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	169	65
Outros créditos e despesas antecipadas	6	517	518
Total do ativo circulante		<b>686</b>	<b>583</b>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	8	10.079	9.960
Créditos com partes relacionadas	9	633	633
		<b>10.712</b>	<b>10.593</b>
Investimentos	7	-	129
Total do ativo não circulante		<b>10.712</b>	<b>10.722</b>
Total do ativo		<b>11.398</b>	<b>11.305</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Fornecedores	10	931	1.236
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	8	4	13
Salários e encargos trabalhistas		123	82
Empréstimos com partes relacionadas	9	87.054	81.261
Outras contas a pagar		151	274
Total do passivo circulante		<b>88.263</b>	<b>82.866</b>
Não circulante			
Provisão para perda de investimentos	7	413.798	349.820
Total do passivo não circulante		<b>413.798</b>	<b>349.820</b>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	11	8.821.155	8.821.155
Reservas de capital		30.362	30.362
Ajustes acumulados de conversão	11	(65.845)	(55.204)
Prejuízos acumulados		(9.276.335)	(9.217.694)
Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<b>(490.663)</b>	<b>(421.381)</b>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<b>11.398</b>	<b>11.305</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Óleo e Gás Participações S.A.

## (Companhia aberta)

### Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)*

	<b>Nota</b>	<b>01/04/2017 a 30/06/2017</b>	<b>01/01/2017 a 30/06/2017</b>	<b>01/04/2016 a 30/06/2016</b>	<b>01/01/2016 a 30/06/2016</b>
Receitas / (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	12	(836)	(1.710)	(906)	(2.150)
Ganho efeito da alteração de participação em coligada	7	-	-	-	18.228
Realização de ajustes acumulados de conversão	7	-	-	-	(14.031)
Resultado de equivalência patrimonial	7	<u>(39.098)</u>	<u>(53.343)</u>	<u>32.960</u>	<u>15.973</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		<b>(39.934)</b>	<b>(55.053)</b>	<b>32.054</b>	<b>18.020</b>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	13	147	314	199	602
Despesas financeiras	13	(1.564)	(3.195)	(1.500)	(3.134)
Variação cambial líquida	13	<u>(1.960)</u>	<u>(707)</u>	<u>4.743</u>	<u>9.325</u>
		<b>(3.377)</b>	<b>(3.588)</b>	<b>3.442</b>	<b>6.793</b>
Resultado antes dos tributos		<u>(43.311)</u>	<u>(58.641)</u>	<u>35.496</u>	<u>24.813</u>
Imposto de renda e contribuição social	8	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>(43.311)</u>	<u>(58.641)</u>	<u>35.496</u>	<u>24.813</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	17		<u>(1,81214)</u>		<u>0,76678</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Óleo e Gás Participações S.A.

## (Companhia aberta)

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<u>01/04/2017 até</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/01/2017 até</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/04/2016 até</u> <u>30/06/2016</u>	<u>01/01/2016 até</u> <u>30/06/2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	(43.311)	(58.641)	35.496	24.813
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	<u>(15.129)</u>	<u>(10.641)</u>	<u>33.457</u>	<u>99.493</u>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u><u>(58.440)</u></u></b>	<b><u><u>(69.282)</u></u></b>	<b><u><u>68.953</u></u></b>	<b><u><u>124.306</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Óleo e Gás Participações S.A. (Companhia aberta)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Períodos findos em 30 junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes acumulados de conversão	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		<b>8.821.155</b>	-	<b>(154.466)</b>	<b>(9.038.635)</b>	<b>(371.946)</b>
Ágio na emissão de ações	7	-	30.362	-	-	30.362
Ajustes acumulados de conversão		-	-	99.493	-	99.493
Prejuízo líquido do período		-	-	-	24.813	24.813
Saldos em 30 de junho de 2016		<b>8.821.155</b>	<b>30.362</b>	<b>(54.973)</b>	<b>(9.013.822)</b>	<b>(217.278)</b>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	7	-	-	(231)	-	(231)
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(203.872)	(203.872)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<b>8.821.155</b>	<b>30.362</b>	<b>(55.204)</b>	<b>(9.217.694)</b>	<b>(421.381)</b>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	7	-	-	(10.641)	-	(10.641)
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(58.641)	(58.641)
Saldos em 30 de junho de 2017		<b>8.821.155</b>	<b>30.362</b>	<b>(65.845)</b>	<b>(9.276.335)</b>	<b>(490.663)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.



# Óleo e Gás Participações S.A.

## (Companhia aberta)

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Lucro (prejuízo) do período		(58.641)	24.813
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	7	53.343	(15.973)
Ganho efeito da alteração de participação em coligada	7	-	(18.228)
Realização de ajustes acumulados de conversão		-	14.031
Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	9	707	(9.415)
Juros/encargos sobre financiamento passivo provisionados	9	2.705	2.589
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações</b>		<b>(1.886)</b>	<b>(2.183)</b>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>			
Outros créditos e partes relacionadas		1	(574)
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	8	(119)	12.010
Fornecedores	10	(305)	(719)
Salários e encargos trabalhistas		41	15
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	8	(9)	(4)
		<b>(391)</b>	<b>10.728</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>(2.277)</b>	<b>8.545</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:</b>			
Captações de empréstimos e financiamentos	9	2.381	3.770
Amortização de principal	9	-	(12.000)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos</b>		<b>2.381</b>	<b>(8.230)</b>
<b>Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>104</b>	<b>315</b>
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		65	59
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		169	374
<b>Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>104</b>	<b>315</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Óleo e Gás Participações S.A.

## (Companhia aberta)

### Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(957)</u>	<u>(1.633)</u>
Valor adicionado bruto		<u>(957)</u>	<u>(1.633)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>(957)</u>	<u>(1.633)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	7	(53.343)	15.973
Ganho efeito da alteração de participação em coligada	7	-	18.228
Realização do ajuste acumulado de conversão		-	(14.031)
Receitas financeiras e variação cambial líquida	13	<u>(393)</u>	<u>9.927</u>
		<u>(53.736)</u>	<u>30.097</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>(54.693)</u>	<u>28.464</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados		604	395
Tributos			
Impostos, taxas e contribuições		149	122
Despesas financeiras	13	<u>3.195</u>	<u>3.134</u>
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo líquido do período		<u>(58.641)</u>	<u>24.813</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>(54.693)</u>	<u>28.464</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

## **Notas explicativas às informações trimestrais**

*(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

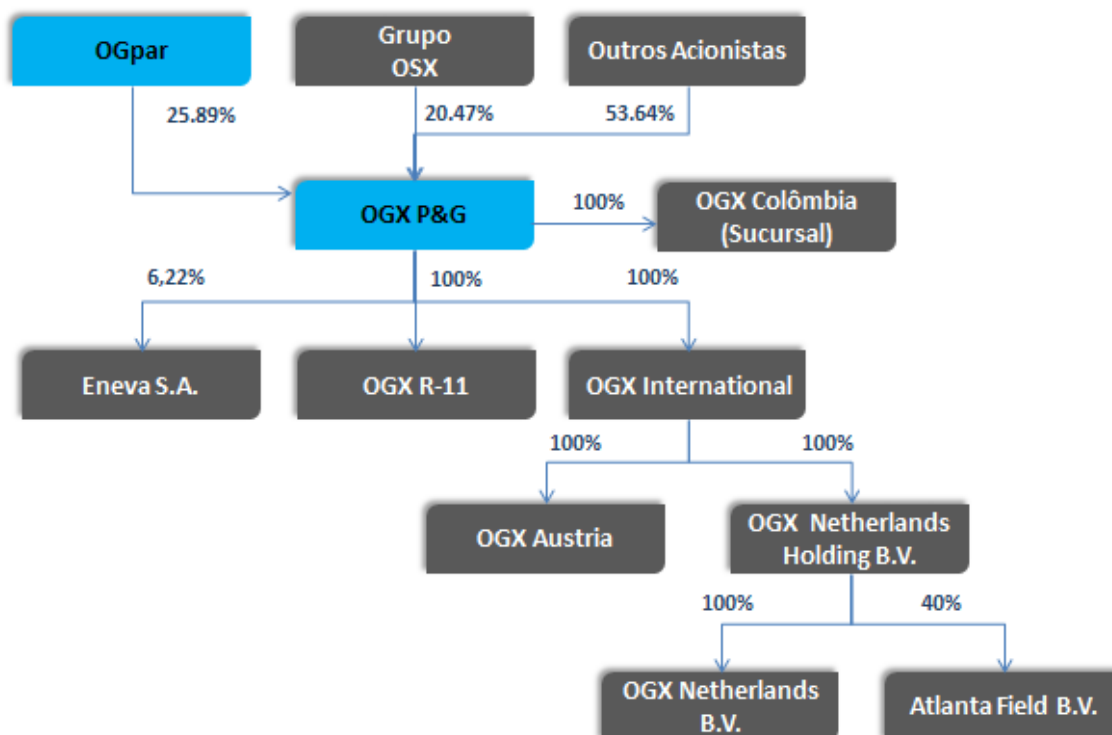
### **1 Contexto operacional**

#### **1.1 Estrutura societária**

A Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar” ou “Companhia”) foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007 para OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e posteriormente, em 06 de dezembro de 2013 para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 30 de setembro de 2014, como forma de otimizar os custos operacionais do Grupo OGPar, as participações que a Óleo e Gás Participações S.A. possuía na OGX International e na OGX R-11 foram transferidas para a OGX P&G. Ainda, em 30 de setembro de 2014 todas as condições precedentes necessárias a extinção das dívidas concursais e extraconcursais da OGX P&G através da emissão de instrumentos de patrimônio já haviam sido cumpridas, de forma que a conversão já era mandatária nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. A conversão e consequente diluição da participação da OGPar para 28,57% foi formalizada em 16 de outubro de 2014. Em 30 de março de 2016, o Conselho de Administração da coligada OGX P&G deliberou sobre o aumento do capital social, mediante capitalização de crédito, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da OGX P&G. O aumento de capital foi efetivado mediante emissão privada de 12.531.821 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,38 por ação, sendo R\$ 0,01 por ação, alocado à conta de capital social em vista do patrimônio líquido negativo da Companhia e o restante de R\$ 9,37 por ação alocados à reserva de capital. Embora o trâmite processual para emissão das ações ainda esteja em curso, a Companhia entendeu que a conversão dos instrumentos patrimoniais era devida no primeiro trimestre de 2016. Como consequência da última emissão de ações acima, a OGPar teve novamente sua participação na OGX P&G diluída de 28,57% para 25,89%. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 4 item (i).

Diante ao exposto, em 30 de junho de 2017 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



**OGX Petróleo e Gás S.A. (“OGX P&G”):** Constituída, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos, bem como quaisquer outras atividades correlatas. A OGX P&G poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades. Em 2 de julho de 2012 foi convertida em sociedade anônima e por conta da mudança do tipo societário a referência a essa companhia foi alterada de “OGX Ltda.” para “OGX P&G”.

**Sucursal Colômbia (“OGX Colômbia”):** Sucursal da OGX P&G, constituída em 26 de outubro de 2010 para gerir as operações dos blocos exploratórios adquiridos no país.

**OGX R-11 Petróleo e Gás S.A. (“OGX R-11”):** Constituída em 4 de outubro de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da OGX P&G.

**OGX International GmbH (“OGX International”):** Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócio.

**OGX Austria GmbH (“OGX Austria”):** Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social todas as atividades relacionadas ao comércio de petróleo, gás natural e todos os demais hidrocarbonetos, incluindo importação, exportação, processamento, transporte e armazenagem. Pode, também, adquirir, manter e alienar participações em outras empresas e celebrar contratos de locação.

**OGX Netherlands Holding B.V. (“OGX Netherlands Holding”)**: Constituída em 23 de julho de 2012, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, participar no capital de outras sociedades e prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades holandesas.

**OGX Netherlands B.V. (“OGX Netherlands”)**: Constituída em 19 de março de 2010, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, para a OGX P&G, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

**Atlanta Field B.V. (“Atlanta Field”)**: Constituída em 02 de novembro de 2012, com sede em Rotterdam, na Holanda. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento de equipamentos a serem utilizados na exploração e produção de petróleo e gás pelo Consórcio formado por OGX P&G, Queiroz Galvão E&P e Barra Energia, para atuação nos campos de Atlanta e Oliva.

**Eneva S.A. (“Eneva”)**: Foi constituída em 25 de abril de 2001 sob a denominação de MPX Mineração e Energia Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da mesma, passando a ser denominada de Eneva S.A. Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A fim de integrar suas operações a Eneva também é acionista de concessionárias de projetos de produção e exploração de gás natural na bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão, que fornece gás para as usinas termelétricas que foram construídas pela empresa no mesmo local. A OGX P&G possui um compromisso de não negociar as ações emitidas pela Eneva integralizadas pela OGX P&G com as Ações PGN pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses. A Administração da OGX P&G entende que o compromisso assumido não descaracteriza a classificação do título como para negociação, pois continua com a intenção de obter retorno financeiro na venda destas ações e na flutuação de seu preço no período. Consequentemente, a OGX P&G classifica a participação na Eneva como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo através do resultado. Tais ativos estão classificados como títulos e valores mobiliários no ativo realizável a longo prazo no balanço da OGX P&G.

## 1.2 Portfólio da investida OGX P&G

### ***Campos em desenvolvimento e em produção***

Em 30 de junho de 2017 a coligada OGX P&G possuía participação nos seguintes campos:

Nº	País	Bacia	Bloco	Campo	Operador	% OGX P&G	Período contratual
1	Brasil	Campos	BMC 41	Tubarão Azul	OGX P&G	100%	09/05/2012 a 09/05/2039 (i) 19/04/2012 a
2	Brasil	Campos	BMC 39 e 40	Tubarão Martelo	OGX P&G	100%	19/04/2039 (ii) 27/12/2006 a
3	Brasil	Santos	BS-4	Atlanta	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2033 (iii) 27/12/2006 a
4	Brasil	Santos	BS-4	Oliva	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2033 (iii)

- (i) Em processo de abandono definitivo. Conforme fato relevante no dia 22 de janeiro de 2016 foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no campo.
- (ii) O Campo de TBMT encontra-se atualmente em produção.
- (iii) Os Campos Atlanta e Oliva encontram-se atualmente em desenvolvimento.

## 1.3 Recuperação Judicial

### ***Processo de recuperação judicial do Grupo OGX***

Em 30 de outubro de 2013 a Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar”), em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, dos prejuízos já acumulados, bem como do vencimento recente e vindouro de grande parte de seu endividamento, ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, distribuído ao Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação” - Processo nº 0377620-56.2013.8.19.0001), em conjunto com suas então controladas, OGX Petróleo e Gás S.A. (OGX P&G), OGX International GmbH e OGX Austria GmbH (em conjunto “Recuperandas”), nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (“LFR”), em medida de urgência, mediante deliberação de seu Conselho de Administração em 30 de outubro de 2013 (“Recuperação Judicial”).

Em 21 de novembro de 2013, o Juízo da Recuperação proferiu decisão (i) deferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação às empresas OGPar e OGX P&G, bem como (ii) indeferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX International e OGX Austria, por entender que não teria jurisdição sobre as referidas companhias. Contra a referida decisão foi interposto o Agravo de Instrumento nº 0064658-77.2013.8.19.0000, ao qual foi dado provimento em 19 de fevereiro de 2014, por decisão unânime. Em 23 de julho de 2014, foi negado provimento aos embargos de declaração opostos pelo Ministério Público contra o referido acórdão. O recurso especial interposto pelo Ministério Público contra esse acórdão foi inadmitido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por decisão publicada em 02 de julho de 2015.

Em 14 de fevereiro de 2014, as companhias apresentaram, individualmente, seus respectivos planos de recuperação judicial (“Plano”) com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de viabilidade econômica; e laudos econômico-financeiro e

de avaliação dos bens e ativos das companhias. As companhias apresentaram, ainda, a relação dos credores que estão sendo pagos nos termos e condições indicados no Plano. O edital contendo a relação de credores foi publicado em 06 de março de 2014 e os interessados apresentaram ao administrador judicial (“Deloitte”) suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados. O Plano foi aprovado por aproximadamente 90% dos credores das companhias nas assembleias gerais realizadas em 3 de junho de 2014, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, conforme decisão publicada no Diário Oficial de Justiça em 26 de junho de 2014 (“Decisão Homologatória”). Em 16 de outubro de 2014, a OGX realizou o aumento de capital que converteu créditos concursais e extraconcursais em ações, marco importante para a reestruturação das Companhias.

Em 02 de junho de 2017, entendendo não mais existir pendências e obstáculos que pudessem impedir o encerramento da Recuperação Judicial, as Recuperandas, ingressaram junto ao juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com pedido de encerramento do processo de Recuperação Judicial, tendo sido cumpridas todas as obrigações previstas em seus respectivos planos vencidas até 2 (dois) anos após a concessão da recuperação judicial, conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 11.101/05.

Em 02 de agosto de 2017, o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro decretou o encerramento do processo de recuperação judicial das recuperandas.

Ainda nos termos da referida decisão judicial, o encerramento da fase judicial da recuperação atenderá aos ditames legais, sem prejuízo da continuidade do cumprimento dos planos de recuperação judicial e da solução de incidentes ainda pendentes de julgamento, os quais permanecerão a correr perante o juízo da recuperação judicial.

Adicionalmente, as Companhias informam que há recursos pendentes de julgamento contra a decisão que homologou os planos de recuperação judicial, desprovidos, no entanto, de efeito suspensivo, e que, portanto, não obstam o encerramento do processo de recuperação judicial e a continuidade do cumprimento dos respectivos planos de reestruturação aprovados pelos credores.

#### **1.4 Situação financeira de curto prazo**

Apesar do *business plan* da investida OGX P&G utilizar as melhores expectativas da administração, o mesmo está sujeito a incertezas diversas, com destaque para as financeiras (custos e despesas estimados, preço do petróleo previsto, taxa de câmbio, etc), as operacionais (eficiência dos equipamentos e equipe de produção), as regulatórias (ex. ANP, IBAMA, legislação tributária, etc), as negociais (sucesso na alienação de ativos e rolagem, conversão ou renegociação de dívidas) e as geológicas (volume e comportamento dos reservatórios). Diante dessas incertezas significativas a geração de resultados reflexa do desempenho da investida OGX P&G e a posição de caixa podem variar significativamente em relação ao projetado.

A readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia depende do êxito do plano de recuperação judicial, bem como das ações da administração para gestão do fluxo de caixa operacional no curto prazo. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levar dúvida relevante quanto à continuidade operacional da Companhia. As informações trimestrais não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas envolvidas.

As administrações da OGpar e OGX P&G obrigam-se a adotar os atos necessários para a incorporação da OGpar pela OGX (“Incorporação Reversa”), após realizadas as operações de

capitalização previstas no Plano de Recuperação Judicial (Nota Explicativa 1.3). O objetivo da incorporação é nivelar todos os *stakeholders* em uma mesma companhia e conferir a todos os então acionistas, acesso ao mercado de capitais, com a possibilidade de negociarem suas ações e monetizá-las conforme entenderem adequado, bem como participar de eventual valorização do ativo, se for o caso.

## **2 Apresentação das informações trimestrais**

### **Base de preparação**

**a. Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC**

A Companhia apresenta as informações trimestrais de acordo com o CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e o IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, e normas estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Base de mensuração**

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas informações trimestrais são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- **Notas Explicativas nº 1** - Plano de recuperação judicial.
- **Nota Explicativa nº 7** - Investimento - Estimativas contábeis na coligada OGX P&G
- **Nota Explicativa nº 15** - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*.

**e. Informações trimestrais OGX P&G:**

Dada a relevância da coligada OGX P&G nos resultados e posição patrimonial da OGpar, a administração da Companhia sugere a leitura conjunta das informações trimestrais das duas Companhias.



**f. *Aprovação das demonstrações financeiras***

As informações trimestrais de 30 de junho de 2017 foram apreciadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 14 de agosto de 2017.

### **3 *Resumo das principais práticas contábeis***

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações trimestrais.

**a. *Apuração do resultado***

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

**b. *Instrumentos financeiros***

*Tipos de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mantidos para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros

***Classificação***

*Empréstimos e recebíveis*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

*Outros passivos financeiros*

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Empréstimo com partes relacionadas.

### ***Reconhecimento e mensuração***

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### **c. Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais.

Nos casos de coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Companhia, converte-se (*translation*), para fins de aplicação do método de equivalência patrimonial, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxa distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em “outros resultados abrangentes”, como ajustes acumulados de conversão (*CTA*) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, no todo ou parcialmente. As coligadas no exterior definiram como sua moeda funcional o Dólar Norte-Americano. As coligadas no país utilizam o Real como moeda funcional.

#### **d. Investimentos**

São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Empresas controladas em conjunto, e avaliadas como empreendimentos controlados em conjunto, também são registradas pelo método da equivalência patrimonial. No caso de investimentos em coligadas, ou controladas em conjunto, com patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), esses são apresentados no passivo não circulante. A Administração da Companhia entende não haver diferença entre a prática contábil adotada no Brasil e as IFRS uma vez que a Companhia atua como solidária a dívida de suas coligadas que possuem passivo a descoberto.

### ***Perda de controle***

Caso ocorra um aumento de capital em alguma das investidas diretas ou indiretas da OGPar e esse aumento não seja acompanhado por todos os acionistas de forma a manter-se os percentuais de participação no capital, o aumento gera um ganho ou uma perda contábil associado a variação da participação nas outras contas de patrimônio. Caso o aumento de capital gere perda de controle, esse ganho ou perda é reconhecido no resultado do período. Adicionalmente, a participação mantida é mensurada a valor justo. Nos períodos subsequentes volta-se a aplicar a equivalência patrimonial. Não houve perda de controle no exercício corrente.

#### **e. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e de suas

coligadas são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por ano, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

**f. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo período, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

**g. Receitas e despesas financeiras**

Abrangem, basicamente, juros de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais também são apresentados como receitas ou despesas financeiras. Os juros pagos são apresentados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

**h. Reservas**

***Reserva de capital***

Em casos de aumentos de capital somente R\$ 0,01 por ação é alocado à conta de capital social da Companhia em vista do seu patrimônio líquido negativo. O restante do valor por ação, se aplicável, é alocado à reserva de capital.

**4 Preparação das demonstrações financeiras**

O resultado de equivalência patrimonial existente nas demonstrações financeiras incluem as informações de suas investidas indicadas a seguir:

	<b>Percentual de participação</b>	
	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Coligadas diretas:</b>		
OGX P&G	25,89	25,89
<b>Coligadas indiretas:</b>		
OGX R-11 (iii)	25,89	25,89
OGX International (iii)	25,89	25,89
OGX Austria (iv)	25,89	25,89
OGX Netherlands Holding (iii)	25,89	25,89
OGX Netherlands (iii)	25,89	25,89
Atlanta Field (i)	10,36	10,36
<b>Controladas em conjunto (empreendimento em conjunto):</b>		
OGMP Transporte Aéreo (ii)	-	50,00

(i) Controlada em conjunto (“empreendimento controlado em conjunto”) com a Queiroz Galvão Exploração e Produção e a Barra Energia

(ii) Controlada em conjunto (“empreendimento controlado em conjunto”) com a Eneva S.A.. No primeiro trimestre de 2017 foi concluída a dissolução da sociedade, decidida por unanimidade entre OGpar e Eneva S.A, tendo em vista que a OGMP não desenvolvia mais sua atividade operacional.

- (iii) Em 30 de junho de 2017 e 31 dezembro de 2016, a coligada OGX P&G mantém participação de 100%, direta ou indireta, nessas sociedades.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme entre as empresas e são consistentes com aquelas utilizadas na apresentação dos números do exercício anterior.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2017	31/12/2016
Circulante		
Caixa e conta-corrente	9	6
Fundo de Investimento		
Itaú Top DI Referenciado (*)	160	59
	<u>169</u>	<u>65</u>

- (\*) Fundo de Investimento TOP DI FI REFERENCIADO

O objetivo do fundo é aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados como “Referenciado DI”, os quais investem em ativos financeiros que buscam acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) ou da taxa Selic, de forma que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro, observado que a rentabilidade do fundo será impactada em virtude dos custos e despesas do fundo, inclusive taxa de administração, se houver. Esse fundo é considerado de liquidez imediata e possui garantia de recompra do papel.

### Classificação e mensuração

Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como empréstimos e recebíveis.

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira está apresentada nos quadros a seguir.

Instituição financeira	30/06/2017	31/12/2016
<b>Caixa e conta corrente</b>		
Caixa Interno	1	1
Bradesco	6	3
BTG Pactual	-	1
Itaú	2	1
<b>Total de caixa e conta corrente</b>	<u>9</u>	<u>6</u>
Fundo de Investimento - Itaú	160	59
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>169</u>	<u>65</u>

## 6 Outros créditos

	30/06/2017	31/12/2016
Prêmio de seguros	96	95
Adiantamentos a colaboradores	421	423
	<u>517</u>	<u>518</u>

## 7 Investimentos

<b>Investimento</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
OGX P&G		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	(305.088)	(241.110)
Ajuste perda de controle - deságio	<u>(818.361)</u>	<u>(818.361)</u>
Subtotal	<u><b>(1.123.449)</b></u>	<u><b>(1.059.471)</b></u>
Realização do deságio	709.651	709.651
Total (i)	<u><b>(413.798)</b></u>	<u><b>(349.820)</b></u>
OGMP Transporte Aéreo		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	<u>-</u>	<u>129</u>
	<u><b>(413.798)</b></u>	<u><b>(349.691)</b></u>

- (i) Apresentado no passivo não circulante na rubrica “provisão para perda de investimento” tendo em vista a obrigação nas perdas conforme previsto no plano de Recuperação Judicial.

### a. Movimentação do investimento

<b>a. Saldo em 1º de janeiro de 2016</b>	<u><b>(302.427)</b></u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	85.462
Resultado de equivalência patrimonial	15.973
Ganho efeito da variação de participação em coligada	18.228
Equivalência patrimonial reflexa ágio na emissão de ações	<u>30.362</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<u><b>(152.402)</b></u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(231)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(197.058)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u><b>(349.691)</b></u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(10.641)
Resultado de equivalência patrimonial	(53.343)
Efeito dissolução OGMP	<u>(123)</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<u><b>(413.798)</b></u>

**b. Informações sobre as participações societárias**

	No Brasil			No exterior				
	OGX P&G	OGX R-11	OGMP Transp. Aéreo (i)	OGX Áustria	OGX International	OGX Netherlands	OGX Netherlands Holding	Atlanta Field B.V. (i)
<b>30 de junho de 2017</b>								
Ativo circulante	315.537	1.114	-	5	54	2	25	9.748
Ativo realizável a longo prazo	13.041.414	11.610	248	10.912.229	13	77.003	1.920	2.673
Investimentos	7.698	-	-	-	-	-	262.646	-
Imobilizado	542.015	-	-	-	-	870	-	473.550
Intangível	569.443	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total ativo</b>	<b>14.476.107</b>	<b>12.724</b>	<b>248</b>	<b>10.912.234</b>	<b>67</b>	<b>77.875</b>	<b>264.591</b>	<b>485.971</b>
Passivo circulante	2.744.923	586	-	245	-	-	37.180	5.628
Passivo não-circulante	12.909.586	4.440	-	12.467.299	1.388.994	7.067	9.759	748
Patrimônio líquido	(1.178.402)	7.698	248	(1.555.310)	(1.388.927)	70.808	217.652	479.595
<b>Total passivo + patrimônio líquido</b>	<b>14.476.107</b>	<b>12.724</b>	<b>248</b>	<b>10.912.234</b>	<b>67</b>	<b>77.875</b>	<b>264.591</b>	<b>485.971</b>
Percentual de participação	25,89%	<b>100%</b>	-	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>40%</b>
Lucro (prejuízo) do período	<b>(206.013)</b>	<b>(1.036)</b>	-	<b>(32.381)</b>	<b>(22.847)</b>	<b>13.155</b>	<b>10.799</b>	<b>(375)</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>								
Ativo circulante	106.394	5.838	15	24	46	3	47	8.100
Ativo realizável a longo prazo	13.001.871	10.945	245	10.781.970	13	62.232	1.723	4.067
Investimentos	4.651	-	-	-	-	-	231.552	-
Imobilizado	539.658	-	-	-	-	857	-	444.434
Intangível	569.922	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total ativo</b>	<b>14.222.496</b>	<b>16.783</b>	<b>260</b>	<b>10.781.994</b>	<b>59</b>	<b>63.092</b>	<b>233.322</b>	<b>456.601</b>
Passivo circulante	2.423.198	2	-	12.282.487	-	-	17	13.828
Passivo não-circulante	12.730.585	12.130	-	-	1.326.246	6.873	9.615	4.443
Patrimônio líquido	(931.287)	4.651	260	(1.500.493)	(1.326.187)	56.219	223.690	438.330
<b>Total passivo + patrimônio líquido</b>	<b>14.222.496</b>	<b>16.783</b>	<b>260</b>	<b>10.781.994</b>	<b>59</b>	<b>63.092</b>	<b>233.322</b>	<b>456.601</b>
Percentual de participação	25,89%	25,89%	50%	25,89%	25,89%	25,89%	25,89%	10,36%
Lucro (prejuízo) do exercício	<b>(698.949)</b>	<b>(8.778)</b>	<b>(251)</b>	<b>386.021</b>	<b>335.064</b>	<b>(41.524)</b>	<b>(48.858)</b>	<b>(798)</b>

(i) Refere-se aos saldos patrimoniais referentes à totalidade das ações/quotas existentes e não apenas à participação da Companhia.

## 8 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos e contribuições

	30/06/2017	31/12/2016
Ativo não circulante		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.492	2.491
IRPJ a compensar	7.572	7.455
Outros a compensar	15	14
<b>Total de imposto e contribuições a recuperar</b>	<b>10.079</b>	<b>9.960</b>
Passivo circulante		
IRRF	-	2
COFINS a pagar	2	3
PIS a pagar	-	-
Outros	2	8
<b>Total de impostos e contribuições a recolher</b>	<b>4</b>	<b>13</b>

A conciliação da apuração de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	30/06/2017		30/06/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL	(58.641)	(58.641)	24.813	24.813
Adições/exclusões de natureza permanentes:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota Explicativa nº 7 (a))	53.343	53.343	(15.973)	(15.973)
Ganho efeito da variação de participação em coligada	-	-	(18.228)	(18.228)
Realização de ajustes acumulados de conversão	-	-	14.031	14.031
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	<b>(5.298)</b>	<b>(5.298)</b>	<b>4.643</b>	<b>4.643</b>
Alíquotas (%)	<b>15% + adicional 10%</b>	<b>9%</b>	<b>15% + adicional 10%</b>	<b>9%</b>
IRPJ e CSLL diferido	<b>1.325</b>	<b>477</b>	<b>(1.161)</b>	<b>(418)</b>
Reversão de IRPJ e CSLL corrente e diferido	<b>(1.325)</b>	<b>(477)</b>	<b>1.161</b>	<b>418</b>
Total do IRPJ e CSLL contabilizado	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-	-	-	-

## 9 Partes relacionadas

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados a seguir:

	<u>Créditos com partes relacionadas</u>		<u>Empréstimos e financiamentos (passivo)</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
OGX P&G	-	-	(87.054)	(81.261)
OGX International	633	633	-	-
	<u>633</u>	<u>633</u>	<u>(87.054)</u>	<u>(81.261)</u>

Os saldos passivos apresentados acima referem-se a mútuos remunerados pelo CDI ou Libor 6 meses + 2,5%. As companhias tem flexibilidade para rolar o vencimento desse mútuo.

### Movimento dos empréstimos e financiamentos

	<u>Passivo</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(81.261)</b>
Novas captações	(2.381)
Juros incorridos	(2.705)
Varição cambial	(707)
Amortização	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>(87.054)</b>

### Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores está detalhada na Nota Explicativa nº 14.

## 10 Fornecedores

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores nacionais	439	500
Fornecedores estrangeiros	492	736
	<u>931</u>	<u>1.236</u>

Saldos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 refere-se basicamente a custos a serem pagos em até 48 parcelas mensais no âmbito da recuperação judicial.



## 11 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

### a. Capital social

Durante o período findo de 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 não ocorreram exercícios de opções de compra de ações e nem integralizações de capital na Companhia.

	30/06/2017		31/12/2016	
	Nº de ações ordinárias	Participação %	Nº de ações ordinárias	Participação %
Acionistas				
Centennial Asset Funds (i)	16.233.332	50,17	16.233.332	50,17
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	16.126.836	49,83	16.126.836	49,83
(ii)	<b>32.360.168</b>	<b>100</b>	<b>32.360.168</b>	<b>100</b>

- (i) Centennial Asset Mining Fund LLC e Centennial Asset Brazilian Equity Fund, ambos controlados pelo Sr.Eike Fuhrken Batista.
- (ii) No dia 29 de abril 2016 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado o grupamento das ações da Companhia.

### *Custo na emissão de ações*

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações no valor de R\$ 236.951 estão registrados em conta retificadora do capital social. Estes custos se referem à comissão e aos serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

### b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

Em função do prejuízo apresentado em 30 de junho de 2017, não houve proposta de dividendos intermediários relativos ao período.

### c. Ajuste acumulado de conversão

Devido à conversão de moeda relativa aos investimentos indiretos em empresas com moedas funcionais diferentes da moeda funcional da Companhia (e da moeda de apresentação destas demonstrações financeiras), foram apurados ajustes acumulados de conversão registrados na conta de resultados abrangentes.

## 12 Despesas administrativas e gerais

Os principais gastos incorridos estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas com pessoal	725	474
Serviços prestados por terceiros	144	827
Seguros	562	561
Outros	279	288
	<b>1.710</b>	<b>2.150</b>

## 13 Resultado financeiro

	30/06/2017	30/06/2016
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre mútuos	(2.705)	(2.589)
Outros	(490)	(545)
	<u>(3.195)</u>	<u>(3.134)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Atualização de créditos tributários	302	600
Rendimento de aplicações financeiras	12	2
	<u>314</u>	<u>602</u>
Variação cambial líquida	<u>(707)</u>	<u>9.325</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(3.588)</u>	<u>6.793</u>

## 14 Remuneração dos administradores

Os administradores apresentados referem-se aos membros do Conselho de Administração. O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 30 de junho de 2017 está apresentado no quadro abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Conselho de Administração	<u>725</u>	<u>394</u>
Subtotal	<u>725</u>	<u>394</u>
Opções de compra de ações canceladas e anuladas	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Efeito no resultado</b>	<u>725</u>	<u>394</u>

## 15 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A OGPar é uma holding com participação direta, não controladora, na OGX P&G, e com participações indiretas, também não controladora, em outras entidades (vide Nota Explicativa nº 7). A OGPar individualmente não possui instrumentos financeiros de montantes relevantes, não obstante, sua coligada mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito

material nos valores de realização estimados.

**a. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos**

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros e inflação oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional pela Administração. A contratação de instrumentos de proteção de contra variação no preço do petróleo está sujeita aos limites de exposição física e de volatilidade previstos na Política de Comercialização da Companhia.

**b. Risco de mercado**

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

**b.1 Risco de variação de preço: petróleo**

*Gerenciamento de risco*

A coligada OGX P&G possui política formal de gerenciamento de estoque e comercialização na qual se definem as alçadas de decisão para a comercialização de petróleo e os critérios para gerenciamento do preço de venda do petróleo. As diretrizes de proteção do preço da *commodity* preveem a utilização de instrumentos derivativos para fixação do preço de venda de forma a assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de receitas da Companhia.

*Operações protegidas por instrumentos derivativos contra variação de preço*

De acordo com a Política de Comercialização a coligada OGX P&G pode utilizar instrumentos derivativos com a finalidade de fixar o preço de venda do óleo já produzido, podendo, também, fixar o preço de até três meses de produção, ou eventualmente de outro horizonte que venha a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os instrumentos derivativos utilizados poderão ser futuros, *swaps*, “*collars*” e opções. As operações podem ser realizadas nas Bolsas NYMEX - New York Mercantile Exchange e ICE - Intercontinental Exchange, assim como no mercado de balcão. Não houve nenhuma operação com instrumentos derivativos em 2016 e 2015.

*Análise de sensibilidade - testes de estresse*

Em 30 de junho de 2017 e 2016 não havia derivativos de petróleo em aberto na OGpar e nem na OGX P&G.

**b.2 Risco cambial**

Risco de flutuação nas taxas de câmbio associadas aos ativos e passivos da Companhia.

*Gerenciamento de risco*

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito consolidado de suas empresas para identificar e reduzir os riscos associados à oscilação do valor das moedas que estão relacionadas aos ativos e passivos. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas coligadas da Companhia. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural. A Companhia pode atuar na contratação de

operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

*Análise de sensibilidade para o risco cambial*

Em 30 de junho de 2017 a Companhia individualmente, não possuía ativos ou passivos relevantes expostos ao câmbio. Sua coligada OGX P&G possuía exposição cambial líquida de R\$ (2.511.149) passivos, representada, sobretudo pelo financiamento DIP e pelo 2º Pré Pagamento de exportação/ *incremental facility* (US\$ 73 milhões).

Os cenários definidos nesta análise partiram da taxa de câmbio de 30 de junho de 2017:

- Cenário I: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 25%.
- Cenário II: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 50%.

	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário I (R\$ mil)	Cenário II (R\$ mil)
Passivo líquido em moeda estrangeira	(759.068) (*)	(627.787)	(1.255.575)
% Participação OGpar	25,89%	25,89%	25,89%
Exposição da OGpar a exposição cambial da OGX P&G	(196.523)	(162.534)	(325.068)

(\*) Corresponde a exposição cambial líquida que a OGX P&G está exposta, cujo montante de R\$ 2.511.149 (R\$ 650.136) proporcional a participação da Companhia) está convertido para US\$ pela taxa de fechamento de 30 de junho de 2017 (3,3082).

O saldo de ativo e passivos líquidos é negativo (dívida líquida), sobretudo em função do "passivo circulante" que corresponde aos financiamentos do DIP e 2º PPE (US\$ 73 milhões). A OGX P&G optou por não contratar instrumento financeiro de proteção dessa exposição contábil, pois no processo de recuperação judicial, a OGX P&G não espera ter que desembolsar recursos para liquidar os DIPs (num total de US\$ 335.433 em 30 de junho de 2017). A proposta do Plano de Recuperação Judicial é converter essa dívida em capital.

**b.3 Risco de taxa de juros**

Risco de deslocamento das estruturas de juros às quais podem estar associados os fluxos de pagamento de principal e juros de dívida. A Companhia não considera relevante o risco de juros em seu status atual, pois, não espera ter que liquidar seu principal passivo com juros (o DIP *Finance*), cuja expectativa é que seja convertido em capital.

**c. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação

financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, as referências utilizadas são o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados e o rating da agência de risco Standard & Poors. Para avaliação das contrapartes comerciais a empresa possui normativo no qual é estabelecido um conjunto de critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes nacionais e internacionais da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam este instrumento são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

#### *Exposição máxima ao risco de crédito*

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao total do quadro abaixo:

<b>Quadro de risco de crédito</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	169	65
Outros créditos (não inclui prêmio de seguros)	421	423
Créditos com partes relacionadas	<u>633</u>	<u>633</u>
	<u><b>1.223</b></u>	<u><b>1.121</b></u>

#### **d. Risco de liquidez**

A Companhia e suas coligadas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo. O quadro a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento.

	<u>30/06/2017</u>						<b>Total dos passivos financeiros</b>
	<b>Vencido</b>	<b>Até 6 meses</b>	<b>De 6 meses a 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Mais que 2 anos</b>	<b>Outros</b>	
Fornecedores (ii)	-	496	282	-	-	153	931
Empréstimos com partes relacionadas (i)	-	-	-	-	-	87.054	87.054
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	151	151
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u><b>496</b></u>	<u><b>282</b></u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u><b>87.358</b></u>	<u><b>88.136</b></u>

- (i) Mútuo com vencimento renovável como forma de gestão consolidada do caixa do Grupo OGPar. A quitação deste mútuo se dará sob demanda.
- (ii) Fornecedores com prazo superior a 6 meses associados ao plano de recuperação judicial.

## **16 Informações por segmento**

A administração da OGpar não segrega os resultados da Companhia por segmentos. Após a perda de controle sobre a OGX P&G o resultado da OGPar passou a ser basicamente o resultado de equivalência patrimonial e outros efeitos associados às participações societárias não controladoras. O resultado da principal investida OGX P&G segmentado por bacia (segmento geológico) está apresentado nas demonstrações financeiras da OGX P&G.

## 17 Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) dos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2017 aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

<b>Básico e diluído</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>30/06/2016</b>
Numerador básico e diluído		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	<b>(58.641)</b>	<b>24.013</b>
Denominador básico e diluído		
Média ponderada de ações	32.360.168	32.360.168
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	<b><u>(1.81214)</u></b>	<b><u>0,76678</u></b>

### **Ajuste retrospectivo**

Conforme requerido pelo CPC 41, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações comentado na Nota Explicativa 11.

## 18 Eventos subsequentes

### ***Acordo com Teekay Offshore para a entrega do FPSO do Campo de Atlanta***

No dia 21 de julho de 2017 a coligada OGX P&G informou ao mercado que, com o objetivo de minimizar os impactos relativos ao atraso da unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência FPSO Petrojarl I ("FPSO") a qual será destinada ao Bloco BS-4, as partes envolvidas decidiram renegociar determinados termos, condições e garantias existentes, relacionados ao afretamento do FPSO para o desenvolvimento do Campo de Atlanta, de maneira a viabilizar a produção do ativo.

Assim, a OGX celebrou, na referida data, um conjunto de acordos incluindo partes direta ou indiretamente envolvidas no afretamento do FPSO, dentre elas (a) Atlanta Field B.V. ("AFBV"); (b) QGEP Participações S.A. ("QGEP"); (c) Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. ("BE"); (d) OGX Netherlands Holding B.V. ("OGX NL"); e (e) Teekay Offshore Partners L.P. ("Teekay"). Os acordos entrarão em vigor após a conclusão de determinados procedimentos pós-assinaturas.

Dentre os principais desdobramentos da renegociação para a OGX, estão o estabelecimento de solução negocial para a amortização parcial dos *cash calls* devidos pela OGX em, aproximadamente, USD 14 milhões, e a substituição de garantia originalmente acordada com a Teekay para cobrir obrigações do afretamento, a qual previa depósitos recorrentes em favor da Teekay, pela outorga de garantia diretamente à QGEP e BE através dos recebíveis relativos à 80% do resultado líquido a que a OGX fizer jus em decorrência da venda do óleo produzido no Campo de Atlanta através de depósito em conta vinculada para fins das obrigações assumidas pelo consórcio perante a Teekay. A liquidação financeira dos *cash calls* citados ocorreu no dia 28 de julho de 2017.

Os acordos decorrentes da renegociação estabelecem, ainda, a redução do valor de afretamento da FPSO nos 18 meses iniciais de produção. Após os primeiros 18 meses de produção, a taxa diária original entrará em vigor, e incluirá um componente variável vinculado aos preços do

petróleo, possibilitando a recuperação da diferença pela Teekay.

Por fim, conforme já divulgado em oportunidades anteriores, a OGX detém participação de 40% nos Campos de Atlanta e Oliva (Bloco BS-4), em parceria com QGEP (30%) e BE (30%). O projeto de desenvolvimento da produção do Campo de Atlanta encontra-se em fase de implantação, com início de produção previsto para o primeiro trimestre de 2018, conforme divulgado pela QGEP, que é a operadora do Consórcio BS-4. A OGX reforça que mantém esforços para alienação de sua participação no Bloco BS-4 a potenciais interessados. Recentemente, com êxito na conclusão da Recuperação Judicial, a OGX recebeu manifestações de terceiros demonstrando interesse em financiar os montantes necessários para a OGX acompanhar as chamadas de capital do projeto.

***Celebração do acordo definitivo junto aos credores detentores dos bonds OSX-3 Senior Secured Callable Bond 2012/2015 emitidos pela OSX-3 Leasing BV e credores dos financiamentos DIP e Incremental Facility***

No dia 24 de julho de 2017 em continuação aos Fatos Relevantes divulgados em 28 de outubro de 2016 e 10 de janeiro de 2017, a OGX e a OGpar em conjunto informaram ao mercado que as Companhias celebraram o acordo definitivo ("Acordo") com seus credores (a) OSX-3 Leasing BV ("OSX-3"); (b) Nordic Trustee ASA, na qualidade de Bond Trustee (Agente Fiduciário) dos bonds OSX-3 Senior Secured Callable Bond 2012/2015 e cessionário dos direitos da OSX-3 ("OSX-3 Bond Trustee"); (c) certos detentores de debêntures da 3ª emissão de debêntures garantidas da OGX, conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, em três séries (conforme aditada ou alterada de tempos em tempos, "DIP" e "Debêntures"); e (d) credores do Export Pre-Payment Agreement (Contrato de Pré Pagamento de Exportação) datado de 23 de junho de 2014 ("Credores IF" e, em conjunto com OSX-3, OSX-3 Bond Trustee e determinados detentores das Debêntures, "Credores"). Além das Companhias e os Credores, assinaram também o Acordo a OGX Austria GmbH e OGX International GmbH e determinadas sociedades que integram o grupo OSX. É parte ainda do Acordo a Settlement Shareco LP, uma sociedade recém constituída ("NewCo"), à qual será transferida parte dos créditos detidos pelos Credores e parte das ações de emissão da OGX decorrentes da capitalização dos créditos, de modo que determinados Credores se tornarão acionistas da NewCo (além de se tornarem também acionistas diretos da OGX) e ela se tornará acionista da OGX.

O Acordo será implementado mediante (i) a capitalização, na OGX, dos créditos detidos pela OSX-3 e pelos Credores IF; (ii) conversão das Debêntures em ações de emissão da OGX, nos termos da escritura de emissão; e (iii) a entrega em dação em pagamento de 2/3 das ações que a OGX detém no capital social da Eneva S.A. (aproximadamente 4% do total de ações em circulação da Eneva S.A.) para os Credores, sendo 1/3 para os detentores das Debêntures e para os Credores IF em conjunto e 1/3 para a OSX-3 (o valor das ações Eneva entregues em dação em pagamento será abatido do valor dos créditos capitalizados, assim como será deduzido qualquer valor eventualmente pago, até a data da capitalização, a título de frete para a OSX-3, em função do afretamento da embarcação FPSO OSX-3).

Será garantido aos atuais acionistas da OGX o direito de preferência, nos termos do Art. 171 da Lei 6.404/76, na capitalização dos créditos detidos pela OSX-3 e pelos Credores IF, conforme Aviso aos Acionistas a ser oportunamente divulgado pela OGX. Caso qualquer dos atuais acionistas exerça seu direito de preferência, o valor resultante desse exercício será pago aos Credores, na forma do Art. 171, parágrafo 2º da Lei 6.404/76.

A implementação do Acordo com a referida liquidação dos créditos ocorrerá em duas etapas,

conforme descritas nas tabelas abaixo, a Etapa 1 relativa à capitalização dos créditos detidos por OSX-3 e Credores IF e a Etapa 2 relativa à conversão das Debêntures em ações de emissão da OGX.

**Etapa 1: Aumento de capital com créditos OSX-3 e Credores IF**

Credores	Crédito (milhões) <sup>1</sup>	Participação	Qntd de ações  (milhões)
OSX-3	~R\$966	~86%	~800
Credores IF			

<sup>1</sup> Valor correspondente a USD 298 milhões, em 30 de abril de 2017, implicando em um preço implícito de conversão de R\$1,20 por ação. A dívida apenas será convertida em reais no dia anterior ao início das providências societárias para sua capitalização, sendo até então mantida em dólares.

**Etapa 2: Conversão de Debêntures**

Credores	Crédito (milhões)	Participação <sup>1</sup>	Qntd de ações(bilhão)
Debêntures	~R\$696,6	65%	~1,733

<sup>1</sup> O percentual de participação foi fixado na escritura de emissão das Debêntures, conforme aprovada em AGE de 12/02/2014.

O capital social da OGX, após a implementação do Acordo, será distribuído aproximadamente conforme abaixo:

Acionista(s)	Participação
OSX-3	32,50%*
Credores IF	15,58%*
Credores DIP	46,92%*
OGPAR	1,29%**
Acionistas atuais (exceto OGPARG)	3,71%**

\*Participação final aproximada, detida direta e indiretamente através da Newco, considerando a hipótese de não haver exercício de direito de preferência pelos acionistas atuais, após reequilíbrio das participações nos termos do Acordo. Newco deterá diretamente 47,5% das ações da OGX.



\*\*Participação final aproximada, considerando a hipótese de não haver exercício de direito de preferência pelos atuais acionistas, inclusive OGpar.

Assim, conforme apontado no quadro acima, após a implementação do Acordo, OSX-3, Credores IF e detentores das Debêntures, em conjunto, deterão, direta e indiretamente, 95% (noventa e cinco por cento) do total de ações de emissão da OGX. A OGPar e demais acionistas da OGX que permanecerem ou ingressarem na base acionária até a conclusão da capitalização dos créditos detidos pela OSX-3 e Credores IF e conversão das Debêntures corresponderão aos 5% (cinco por cento) restantes.

Em contrapartida às medidas a serem tomadas, a OGX terá seu passivo financeiro e sua principal dívida, resultante do não pagamento do frete do FPSO OSX-3, integralmente liquidados.

Ao final da implementação do Acordo, todos os litígios existentes entre as partes do Acordo, em todas as jurisdições competentes, serão definitivamente extintos.

O Acordo também prevê a outorga de uma opção de compra dos direitos sobre o campo de Tubarão Martelo e quaisquer ativos a ele relacionados para a OSX-3, mediante o pagamento da soma dos seguintes valores (i) US\$ 1.00; e (ii) o Valor Líquido do CAPEX Extraordinário (investimentos realizados pela OGX para rejuvenescimento e/ou expansão do campo menos a depreciação relacionada ao campo); e (iii) o valor total do CAPEX de Desconexão (investimentos feitos pela OGX para desconexão do FPSO OSX-3, após o recebimento de uma Notificação de Resilição do Contrato de Afretamento). Tal opção pode ser exercida pela OSX-3 (ou pelo OSX-3 Bond Trustee) a partir da data de fechamento da operação prevista no Acordo até a data em que for concluída a devolução do FPSO OSX-3 para a OSX-3 ou em até 5 dias úteis da cessão da opção para um terceiro, o que ocorrer primeiro.

A OGX concordou ainda em depositar (i) 10% de toda a sua receita proveniente do petróleo extraído do campo de Tubarão Martelo, após o pagamento dos royalties, e (ii) 10% dos recursos provenientes da receita bruta proporcional atribuível para a OGX da venda de petróleo produzido pelo bloco BS-4, após o pagamento de royalties, em uma conta escrow, como garantia aos custos de abandono do campo de Tubarão Martelo e devolução do FPSO OSX-3. As ações de emissão da Eneva entregues em dação em pagamento à OSX-3 poderão ser vendidas e os recursos daí decorrentes serão utilizados para custear o futuro abandono do campo de Tubarão Martelo e devolução do FPSO OSX-3 à OSX-3. Por outro lado, eventual saldo de ações não utilizado para custear o abandono do campo de Tubarão Martelo e devolução do FPSO OSX-3 poderá ser recomprado pela OGX por meio do exercício de uma opção de compra a ela outorgada pelo valor total de R\$1,00.

Na data de fechamento da operação prevista no Acordo será também assinado um aditamento ao Contrato de Afretamento celebrado entre OGX e OSX-3, o qual preverá as condições comerciais de afretamento (incluindo o pagamento do frete apenas em situações limitadas) a vigorar entre as partes até a data do efetivo abandono do campo de Tubarão Martelo e devolução do FPSO OSX-3 para a OSX-3, incluindo as regras de devolução da embarcação após aprovação do abandono do campo pela ANP, devolução esta que poderá ser requerida a qualquer tempo pela OSX-3.

O Acordo está sujeito a determinadas condições precedentes habituais.

A administração das Companhias esclareceu, por fim, que o Acordo é fruto de longo esforço de negociação, realizado no melhor interesse das Companhias, após diversas disputas que poderiam leva-las à condição de completa insolvência e impossibilidade de dar continuidade às respectivas atividades, em decorrência de dívidas que tiveram como fator determinante a queda do petróleo no mercado internacional.

Com base no referido acordo, a coligada OGX P&G realizou um exercício pro forma para mensurar o impacto contábil do processo de conversão da dívida em novas ações, que ao término do processo resultará no aumento do patrimônio líquido dos atuais R\$ 1,2 bi negativos para R\$ 1,1 bi positivo.

**Composição do Conselho de Administração**

---

Pedro de Moraes Borba  
Presidente

Julio Alfredo Klein Junior

Leonardo Martins

**Membros independentes**

---

Adriano Salviato Salvi

Jorge Rojas Carro

Renato Paulino de Carvalho Filho

**Composição da Diretoria**

---

Paulo Narcélio Simões Amaral  
Diretor Presidente

Márcia Lemos Mainenti  
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Francisco Aurélio Sampaio Santiago  
Diretor de Operações

**Controller e Contador responsável**

---

Jefferson Luis Castrignani Martins  
CRC-1SP218855/O-1

## Índice

---

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---



**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	32.360.168
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>32.360.168</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	11.398	11.305
1.01	Ativo Circulante	686	583
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	169	65
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	517	518
1.01.08.03	Outros	517	518
1.01.08.03.20	Outros créditos e despesas antecipadas	517	518
1.02	Ativo Não Circulante	10.712	10.722
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.712	10.593
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	633	633
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10.079	9.960
1.02.01.09.03	Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	10.079	9.960
1.02.02	Investimentos	0	129



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	11.398	11.305
2.01	Passivo Circulante	88.263	82.866
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	123	82
2.01.02	Fornecedores	931	1.236
2.01.03	Obrigações Fiscais	4	13
2.01.05	Outras Obrigações	87.205	81.535
2.01.05.02	Outros	87.205	81.535
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	151	274
2.01.05.02.06	Empréstimos com partes relacionadas	87.054	81.261
2.02	Passivo Não Circulante	413.798	349.820
2.02.04	Provisões	413.798	349.820
2.02.04.02	Outras Provisões	413.798	349.820
2.02.04.02.04	Provisões para perda de investimentos	413.798	349.820
2.03	Patrimônio Líquido	-490.663	-421.381
2.03.01	Capital Social Realizado	8.821.155	8.821.155
2.03.02	Reservas de Capital	30.362	30.362
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.276.335	-9.217.694
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-65.845	-55.204



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-39.934	-55.053	32.054	18.020
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-836	-1.710	-906	-2.150
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	4.197
3.04.04.02	Ganho efeito da variação de participação em coligada	0	0	0	18.228
3.04.04.03	Realização de ajustes acumulados de conversão	0	0	0	-14.031
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-39.098	-53.343	32.960	15.973
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-39.934	-55.053	32.054	18.020
3.06	Resultado Financeiro	-3.377	-3.588	3.442	6.793
3.06.01	Receitas Financeiras	147	314	4.942	9.927
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.524	-3.902	-1.500	-3.134
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-43.311	-58.641	35.496	24.813
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-43.311	-58.641	35.496	24.813
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-43.311	-58.641	35.496	24.813
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	-1,81214	0,00000	0,76678





**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-43.311	-58.641	35.496	24.813
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-15.129	-10.641	33.457	99.493
4.02.01	Ajustes de conversão período	-15.129	-10.641	33.457	99.493
4.03	Resultado Abrangente do Período	-58.440	-69.282	68.953	124.306



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.277	8.545
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.886	-2.183
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do período	-58.641	24.813
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	53.343	-15.973
6.01.01.03	Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	707	-9.415
6.01.01.04	Juros/encargos sobre financiamento passivo provisionados	2.705	2.589
6.01.01.07	Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	0	-18.228
6.01.01.08	Realização de ajustes acumulados de conversão	0	14.031
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-391	10.728
6.01.02.01	Outros créditos e partes relacionadas	1	-574
6.01.02.02	Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	-119	12.010
6.01.02.04	Fornecedores	-305	-719
6.01.02.05	Salários e encargos trabalhistas	41	15
6.01.02.06	Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	-9	-4
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.381	-8.230
6.03.02	Amortização do principal	0	-12.000
6.03.03	Captações de empréstimos e financiamentos	2.381	3.770
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	104	315
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65	59
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	169	374



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	30.362	0	-9.217.694	-55.204	-421.381
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	30.362	0	-9.217.694	-55.204	-421.381
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-58.641	-10.641	-69.282
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-58.641	0	-58.641
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.641	-10.641
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.641	-10.641
5.07	Saldos Finais	8.821.155	30.362	0	-9.276.335	-65.845	-490.663



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.362	0	0	0	30.362
5.04.08	Agio na emissão de ações	0	30.362	0	0	0	30.362
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.813	99.493	124.306
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.813	0	24.813
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	99.493	99.493
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	99.493	99.493
5.07	Saldo Finais	8.821.155	30.362	0	-9.013.822	-54.973	-217.278



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2017 à 30/06/2017	01/01/2016 à 30/06/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-957	-1.633
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-957	-1.633
7.03	Valor Adicionado Bruto	-957	-1.633
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-957	-1.633
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-53.736	30.097
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-53.343	15.973
7.06.02	Receitas Financeiras	-393	9.927
7.06.03	Outros	0	4.197
7.06.03.02	Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	0	18.228
7.06.03.03	Realização do ajuste acumulado de conversão	0	-14.031
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-54.693	28.464
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-54.693	28.464
7.08.01	Pessoal	604	395
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	149	122
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.195	3.134
7.08.03.03	Outras	3.195	3.134
7.08.03.03.01	Despesas financeiras, juros, variação cambial e outros	3.195	3.134
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-58.641	24.813
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-58.641	24.813

